



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ/MF: 07.000.268/0001-72
Av. Santa Luzia, S/N, Parque das Nações

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

Nome:

Cargo:

DECLARO SOB AS PENAS DA LEI, PARA FINS DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO QUE:

NÃO ACUMULO CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, OU AINDA EM AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, SUAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES CONTROLADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELO PODER PÚBLICO, BEM COMO NÃO PERCEBO PROVENTOS DECORRENTES DE APOSENTADORIA EM CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

ACUMULO LICITAMENTE (**CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 37, INCISO XVI E LEI COMPLEMENTAR 001/93**), O CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA DE :

NO (A) _____ E

(nome da instituição)

NO REGIME DE [] HORAS SEMANAIS DE TRABALHO [] DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

É APOSENTADO (A) NO CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA DE

(denominação do cargo)

RECEBENDO OS PROVENTOS ATRAVÉS DO(A) (ESPECIFICAR O REGIME PREVIDENCIÁRIO)

(nome da Instituição que está vinculado o regime)

Estou ciente de que qualquer omissão no que se refere à acumulação indevida de cargo constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Açailândia, _____ de _____ 2017.

(Assinatura do (a) declarante)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ/MF: 07.000.268/0001-72
Av. Santa Luzia, S/N, Parque das Nações

ANEXO II

CERTIDÃO DE EFETIVO EXERCÍCIO FUNCIONAL PREENCHIDA PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR

_____,
(nome da chefia imediata)

CARGO PÚBLICO DA CHEFIA _____
TELEFONE _____, DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS
QUE O (A) SERVIDOR (A) _____,
CPF: _____, RG: _____ ÓRGÃO
EXPEDIDOR: _____, EXERCE AS FUNÇÕES DO
CARGO DE _____, LOTADO(A) NO
SETOR _____, PERTENCENTE À
SECRETARIA MUNICIPAL DE _____,
NO ENDEREÇO _____,
NÚMERO _____, BAIRRO _____,
TELEFONE FIXO (SE HOVER) _____, DESDE _____.
HORÁRIO DE TRABALHO: _____

Estou ciente de que omitir a verdade constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Açailândia, ____ de _____ 2017.

(Assinatura do (a) Chefe imediato)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ/MF: 07.000.268/0001-72
Av. Santa Luzia, S/N, Parque das Nações

ANEXO III

**CERTIDÃO DE EFETIVO EXERCÍCIO FUNCIONAL - SERVIDORES
CEDIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS E PODERES**

(nome da chefia imediata)

CARGO PÚBLICO DA CHEFIA _____
TELEFONE _____, DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS
QUE O(A) SERVIDOR (A) _____,
CPF: _____, RG: _____ ÓRGÃO
EXPEDIDOR: _____, EXERCE AS FUNÇÕES DO
CARGO DE _____, LOTADO(A) NO
SETOR _____, PERTENCENTE AO
ÓRGÃO _____,
NO ENDEREÇO _____,
NÚMERO _____, BAIRRO _____,
TELEFONE FIXO (SE HOVER) _____, DESDE _____.
PORTARIA DE CESSÃO Nº _____, DE ____ (DIA) _____
(MÊS) _____ (ANO).
HORÁRIOS DE TRABALHO: _____
_____.

Estou ciente de que omitir a verdade constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Açailândia, ____ de _____ 2017.

(Assinatura do (a) declarante)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ/MF: 07.000.268/0001-72
Av. Santa Luzia, S/N, Parque das Nações

ANEXO IV

DECLARAÇÃO EXCLUSIVA PARA SERVIDORES LICENCIADOS

SERVIDOR (A) _____

INSCRITO NO CPF: _____, RG: _____

ORGÃO EXPEDIDOR: _____, RESIDENTE NO
ENDEREÇO _____

Nº _____, BAIRRO _____,

CIDADE _____ ESTADO _____, TELEFONE

PARA CONTATO _____.

LICENÇA _____

(tipo de licença)

PORTARIA Nº _____.

DATA _____ (dia) _____ (mês) _____ (ano),

DATA DA PERICIA (quando for o caso) _____ (dia) _____ (mês) _____
(ano).

Estou ciente de que omitir a verdade constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Açailândia, _____ de _____ 2017

(Assinatura do (a) declarante)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ/MF: 07.000.268/0001-72
Av. Santa Luzia, S/N, Parque das Nações

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(nome completo)

Inscrito(a) no CPF _____, DECLARO para
comprovação de residência, sob as penas da Lei, que o(a)
Sr(a), _____

(nome completo)

inscrito no CPF _____, é residente sob a forma de
aluguel _____ no _____ endereço:
_____ Nº _____

BAIRRO _____ CIDADE: _____
ESTADO: _____.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

Açailândia, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Declarante (Locador)

Assinatura do Declarante (Locatário)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ/MF: 07.000.268/0001-72
Av. Santa Luzia, S/N, Parque das Nações

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL

_____,
(nome completo)

Inscrito(a) no CPF _____, DECLARO sob as penas da Lei (criminal, civil e administrativa), para fins de cadastramento no Censo Previdenciário que sou separado(a) de fato do(a) meu(minha) cônjuge

_____ e não dependo socioeconomicamente do(a) mesmo(a).

Estou ciente de que omitir a verdade constitui presunção de má-fé, razão pela qual ratifico que a presente declaração é verdadeira, haja vista que constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Açailândia, _____ de _____ 2017

(Assinatura do (a) declarante)